

Notas e informações

Decisão acertada de Sarney

A discriminação, a expropriação, o exílio, a censura e tudo o mais que marcou a existência desta Casa até hoje autoriza-nos moral e politicamente a emitir o juízo que formulamos abaixo. Pesamos as palavras, e se as escrevemos é porque permanecemos fiéis a nosso compromisso de construir uma sociedade livre, mas não disposta a sucumbir nas mãos de seus adversários, receosa de enfrentar o modernismo dos que se negam a entender que não havendo princípios morais a reger a vida social tudo nela é permitido, inclusive a ditadura com seu cortejo de horrores. A liberdade, disso estamos conscientes, é um exercício cotidiano de opções entre o extremismo modernoso e o seu oposto, a imutabilidade dos usos e costumes.

Em meio aos erros que vem cometendo na condução da política governamental — e quem não os comete, em qualquer administração? —, o presidente José Sarney poderá olhar com serenidade para trás quando, passada a tormenta, fizer o balanço das razões que pessoalmente o levaram a determinar a censura do filme de Jean-Luc Godard, *Je vous salue, Marie*. Sem dúvida alguma, não se trata de decisão de Estado — e como tal não deveria ter alcançado a mesa de despachos do presidente da República. Se lá chegou, no entanto, é porque aqueles a quem competia a decisão preferiram lavar as mãos para não se comprometer — exceção feita, diga-se de passagem, ao zeloso funcionário que acabou assinando, por determinação superior, parecer contrário à opinião que antes emitira.

Não se trata de analisar, a partir desse incidente, o grau de crise existente nas relações entre o presidente da República e seu ministro da Justiça. Sobre esse fato, a opinião pública já fez juízo definitivo e de há muito. O que interessa ver, deixando de lado aspectos jurídicos ou constitucionais, é o ato em si do presidente. O que ressalta à primeira vista, quando nos detemos sobre os preliminares desse caso, é que pela primeira vez, em assunto dos mais espinhosos, o chefe do governo decidiu, contrariando o sentido em que navega a “patrulha ideológica”, que se apoderara de um pretexto banal — o filme de Godard — para forçar tomada de posição que, constituindo precedente, permitiria que, em nome de uma suposta liberdade, tudo passasse a ser permitido, inclusive a libertinagem.

Não há negar que do ponto de vista estritamente constitucional, o chefe de Estado não deveria atender sem mais à solicitação dos representantes de uma confissão religiosa, por numerosa que seja, agindo enquanto tal e na defesa de dogmas próprios do seu particular culto. Vista dessa perspectiva, a posição do presidente José Sarney poderia ser questionada e até mesmo contestada. O que está em jogo é coisa diversa, porém: até que ponto é lícito ao chefe de Estado omitir-se quando, invocan-

do-se a liberdade de manifestação artística, o que se pretende é tornar acessível ao público um produto da chamada indústria cultural, que fere não o dogma de uma confissão religiosa em particular, mas o sentimento profundo de vastas camadas da população brasileira? É possível até que o dano não seja desses que se detectam à primeira vista; no entanto, ele existe, pelo menos em potencial, e tanto assim é que, exceto um escritório de críticos católicos de cinema em Berlim, praticamente toda a hierarquia se levantou em protesto contra a versão modernista que um cineasta quis dar da história de Maria, que encerra, por sua profundidade mística, uma das páginas mais belas do Cristianismo católico. Da perspectiva do catolicismo — romano ou brasileiro, neste caso pouco importando a distinção política — qualquer coisa que venha a atingir o dogma da Encarnação ou lançar dúvidas sobre ele abala a estrutura em torno da qual se construiu a Mariologia, que nem mesmo as mais radicais interpretações do Concílio Vaticano II pretendem pôr em causa.

O problema é mais amplo do que uma mera questão teológica, porém. Na verdade, aquele dogma não pertence à Igreja Católica, Apostólica, Romana. Ele integra a vida cotidiana de milhões de brasileiros, freqüentem ou não os templos católicos. A importância que a figura de Maria, como Mãe de Deus, tem na história do Brasil e na vida de cada um dos brasileiros — que nos momentos de desespero a ela acorrem, como Intercessora junto ao Pai — não é desconhecida e não pode ser menosprezada por quem quer que esteja disposto a fazer um estudo sério de psicologia coletiva e, portanto, de política. O sincretismo religioso que ameaça levar de roldão a presença católico-romana na vida brasileira não é capaz de apagar a luz que ilumina a imagem da Virgem; e não lhe reduz a significação pelo simples e bom fato de que essa está presente no mais profundo do ser de cada mulher ou homem que, possuídos do autêntico espírito religioso, sabem que a Mãe Santíssima, sempre pronta a interceder junto ao Pai pelos que sofrem na Terra, também representa a Torre Eburnea à sombra da qual poderão refugiar-se quantos desejam não só o lenitivo para as agruras do mundo, mas a defesa contra as investidas dos que desejam destruído o Altar.

O Altar simboliza, no contexto em que colocamos a questão, algo de mais profundo e mais denso do que a Igreja de Pedro, para defesa de cuja organização e ortodoxia não temos procuração bastante. Por Altar pretendemos significar tudo aquilo que transcende o imediatismo da matéria, dos sentidos, da cobiça. Esse valor espiritual, transcendente, não é propriedade da Sé Romana, nem da Igreja de Pedro — que se distinguem nitidamente uma da outra, uma enquanto organização do Pontificado Romano e outra depositária, via Pedro, do

Carisma de Cristo. Esse valor espiritual é propriedade — se assim se pode dizer — de imensa parcela do povo brasileiro, especialmente dos humildes, que na Igreja Católica, ou nas Igrejas reformadas, ou nas seitas sincréticas estão sempre à procura do como ultrapassar o sofrimento e o caráter imediato das coisas. Não é por nada que todos os anos são milhares os que se concentram em Aparecida para reverenciar a imagem daquela a Quem a Igreja Católica consagrou o Brasil, entregando-o à sua defesa.

É esse valor espiritual — que de certa forma une os brasileiros nos momentos de risco de desunião irremediável — que incumbe ao chefe de Estado preservar. Deixando de lado as críticas que temos feito à perda crescente de sua autoridade, é preciso reconhecer que o presidente Sarney não pode pretender exercê-la sobre uma população espiritualmente desunida. Ora, é contra esse valor espiritual, visando destruí-lo, que se pode perceber a nítida articulação de alguns setores políticos, sempre os mesmos, aqueles eternamente dedicados a iniciar a destruição dos laços que mantêm uma a sociedade e eficaz a autoridade para em seguida buscar a usurpação do poder. Por toda a parte — basta lançar o olhar pelo Brasil — vêm-se indícios de sua clara ação, que só pode ser coordenada ao menos em suas linhas de princípio, destinada a pôr em dúvida tudo aquilo que integra esse valor espiritual. É a própria CNBB que se arvora em propagadora da “teologia da libertação”, que, preocupada apenas com os aspectos materiais da existência, tende a afastar o homem de Deus e da espiritualidade. São as organizações declaradamente de esquerda que, renegando expressamente a espiritualidade do homem, estão prontas — pois nada de profundo, de moral, as detém nesse caminho — a associar-se a aqueles que fazem da auferição do ganho monetário, nem que seja pelo controle da droga, seu objetivo maior. São os inocentes úteis, que impressionados pelo modernismo das propostas que exaltam os aspectos materiais da existência, a *débauche* e a cobiça, sucumbem às patrulhas ideológicas lançadas, não na propagação da fé, mas na difusão do mais toco e lascivo epicurismo.

Num momento de grande lucidez e compreensão do problema, o presidente José Sarney decidiu enfrentar todos quantos objetivam dissolver a solidariedade social mediante o ataque aos dogmas religiosos. Ele cumpriu, exatamente como o imaginamos, seu dever de chefe de Estado. Os que pensavam diferentemente, no governo, preferiram ficar onde estavam, apesar de considerar o assunto de suma gravidade político-ideológica. Prova evidente de que não são princípios éticos que dirigem sua ação, mas sim uma estratégia política claramente definida. Pela primeira vez, o presidente os enfrentou. Saberá fazê-lo nas próximas oportunidades?